

EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS EM MOVIMENTO: a Educação do Campo e a Educação Indígena no Estado do Ceará

Adeliane Vieira de Oliveira¹
Universidade Regional do Cariri - URCA

Maria do Socorro Sousa Silva²
Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA

Resumo

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise investigativa a respeito de duas experiências educacionais no Estado do Ceará: a Educação do Campo e a Educação Indígena. A nossa proposta, caminha no sentido de expor essas duas experiências, apontando-as enquanto formas de resistência dos povos do campo nesse Estado. Partimos do entendimento de que devemos nos apoiar no processo histórico da sociedade para obtermos êxito no entendimento da temática estudada. Neste sentido, a fundamentação teórica desse trabalho está apoiada principalmente em autores como: Brasil (1999); Alarcão (2008); Grupioni (2003); Caldart (2009); Fernandes (2002); Gomes (2013); Silva (2012); MST (1996) dentre outros. Além disso, a visita a algumas escolas do campo e indígenas foram fundamentais para a compreensão de suas experiências. Com essa pesquisa, chegamos ao entendimento de que a Educação do Campo e a Educação Indígena correspondem a propostas educativas, em constante movimento, que levam em consideração a vivência dos camponeses e indígenas, no processo de valorização de suas práticas, valores e costumes. Consideramos dessa forma que a luta coletiva enquanto fator de articulação dos camponeses e indígenas foi e continua sendo, a condição fundamental para a conquista e efetivação da Educação do Campo e da Educação Indígena nas escolas do campo e nas escolas indígenas presentes no Estado do Ceará.

Palavras-chave: experiências educativas; movimento; educação do campo; educação indígena.

¹ Professora Substituta do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA. E-mail: adelianeoliveira19@gmail.com

² Professora Substituta do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA. E-mail: msserasmo@gmail.com

EDUCATIVE EXPERIENCES IN MOVEMENT: The Field Education and the Indigenous Education in the State of Ceará

Abstract

The present work proposes itself to execute an investigative analysis about two educational experiences in the State of Ceará: The Field Education and the Indigenous Education. Our proposal, walks in the sense to expose these two experiences, pointing them as resistance forms of the rural people in that State. Starting from the understanding that we should support ourselves in the historical process of the society to obtain success on the understanding of the studied thematic. In this sense, the theoretic grounds of this work is supported mainly in authors like: Brasil (1999); Alarcão (2008); Grupioni (2003); Caldart (2009); Fernandes (2002); Gomes (2013); Silva (2012); MST (1996) among other. Beyond that, the visit to some field and indigenous schools were fundamental to the comprehension of its experiences. With this research, we arrived to the understanding that the Field Education and the Indigenous Education correspond to educative proposals, in constant movement, that takes in consideration the experience of the peasants and the indigenous, in the process of appreciation of its practices, values and costumes. We considerate this form which the collective fight meanwhile factor of articulation of the peasants and the indigenous was and still is, the fundamental condition to the conquest and effectuation of the Field Education and the indigenous Education in the field schools and in the indigenous schools present in the State of Ceará.

Keywords: educative experiences; movement; field education; indigenous education.

EXPERIENCIAS EDUCATIVAS EN MOVIMIENTO: La Educación del Campo y la Educación Indígena en el Estado del Ceará

Resumen

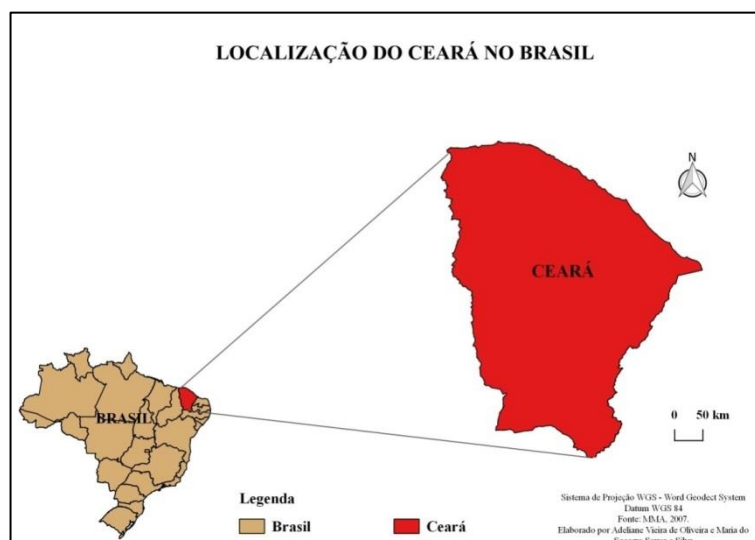
El presente trabajo se plantea a realizar un análisis investigativa acerca de dos experiencias educacionales en el Estado de Ceará: la Educación del Campo y la Educación Indígena. Nuestra propuesta, camina en el sentido de exponer esas dos experiencias, apuntándolas mientras formas de resistencia de los pueblos del campo en ese Estado. Partimos de la comprensión de que debimos apoyarnos en el proceso histórico de la sociedad para obtener éxito en la comprensión de la temática estudiada. En este sentido, la fundamentación teórica de ese trabajo está basado principalmente en autores como: Brasil (1999); Alarcão (2008); Grupioni (2003); Caldart (2009); Fernandes (2002); Gomes (2013); Silva (2012); MST (1996) de entre otros. Además de eso, la visita a algunas escuelas del campo e indígenas fueron fundamentales para la comprensión de sus experiencias. Con esa investigación, llegamos a la comprensión de que la Educación del Campo y la Educación Indígena corresponden las propuestas educativas, en constante movimiento, que llevan en consideración la vivencia de los campesinos e indígenas, en el proceso de valorización de sus prácticas, valores y costumbres. Consideramos de esa forma, que la lucha colectiva mientras factor de articulación de los campesinos e indígenas fue y continúa siendo, la condición fundamental para la conquista y efectuación de la Educación del Campo y de la Educación Indígena en las escuelas del campo y en las escuelas indígenas presentes en el Estado de Ceará.

Palabras-clave: experiencias educativas; movimiento; educación del campo; educación indígena.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a realizar uma investigação a respeito de duas experiências educacionais no Estado do Ceará (figura 1): a Educação do Campo e a Educação Indígena. A proposta, caminha no sentido de expor essas experiências, apontando-as enquanto território de resistência e educação dos povos do campo nesse Estado.

Figura 1: Localização do Ceará no Brasil



Fonte: IBGE, 2010. MMA, 2007. Elaborado pelas autoras.

Entende-se que a Educação do Campo e a Educação Indígena têm em comum a luta e resistência por um território educativo que respeite a cultura e as tradições singulares dos camponeses e indígenas. Ambas as propostas educativas, advindas de uma forte consciência sobre a necessidade de se romper com o sentido de educação contemporânea que ainda hoje é colonizadora e que nega a interculturalidade entre os saberes desses povos.

Desse modo, não leva em consideração suas vivências e práticas num momento histórico marcado pela influência capitalista que se lança firmemente nos territórios camponês e indígena. Dessa forma, entendem-se a Educação do Campo e a Educação Indígena como formas de resistência desses povos por meio

da luta. Assim, edifica a construção prática da sua própria educação e a perpetuação dos seus valores e costumes.

Nessa perspectiva, esta investigação surge na formação inicial e continuada das autoras, diante de leituras, estudos e pesquisas, uma sobre Educação do Campo que se institui enquanto bandeira de luta dos movimentos sociais, sobretudo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e outra sobre o Movimento dos povos indígenas que teve início a partir de 1970, decorrendo até a conquista que se institui mediante direitos assegurados para a educação escolar indígena. Estes, assegurados em documentos legais, como a Constituição Federal de 1988. Diante desses territórios aparentemente diferenciados, mas que em muito se complementam devido o significado da luta e resistência desses sujeitos, o histórico processo de luta por educação compõe a base dessas realidades educativas do campo.

Nesse âmbito surgiram possibilidades para uma rica aproximação com essas comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo um despertar para elaborar vários questionamentos sobre o território da educação nesses espaços formativos, os quais embasam o presente artigo. Assim, apontamos a necessidade de destacar essas duas experiências educativas no campo cearense por compreender que a luta camponesa e indígena por educação, se insere no contexto social enquanto forma de garantir os valores do campo e a tradição desses sujeitos. Refletindo-se por meio de suas práticas educativas nas escolas do campo e nas escolas indígenas presentes no Estado do Ceará.

Como metodologia deste trabalho nos remetemos ao pressuposto de que toda pesquisa necessita apoiar-se no processo histórico da sociedade. Sendo assim, demos ênfase à pesquisa qualitativa associada à observação participante. Nessa perspectiva para compreendermos melhor a Educação do Campo bem como a Educação Indígena no Ceará, tornou-se necessário além de nos munirmos teoricamente, nos inserir nesses dois territórios, a fim de compreender suas dinâmicas.

Neste sentido, na pesquisa bibliográfica, apoiamos nossa investigação em revistas científicas, livros, dissertações e artigos. A fundamentação teórica

desse trabalho está apoiada principalmente em autores como: Alarcão (2008); Grupioni (2003); Caldart (2009); Fernandes (2002); Gomes (2013); Silva (2012); Stedile (2005). A contribuição desses autores dentre outros, nos subsidiou na compreensão da temática e problemática desse artigo.

Levando em consideração o caminho metodológico adotado na investigação, compreende-se a necessidade de partir do “concreto”, ou seja, da própria realidade dos territórios pesquisados. Neste sentido, imbuídos por leituras e apoiados nos autores anteriormente citados, na tentativa de melhor compreender a dinâmica da Educação do Campo e a Educação Indígena no Ceará, destaca-se a participação em alguns momentos desenvolvidos tanto nas escolas do campo, como nas escolas indígenas.

Essas experiências possibilitaram o contato com os sujeitos da Educação do Campo e Educação Indígena. Sendo que nessas ocasiões foi possível a realização de entrevistas, registros no diário de campo e rodas de conversas. Na observação participante foi feito uso da coleta de dados pela comunicação com os sujeitos dos dois territórios (Professores e alunos), bem como adotamos o diário de campo, instrumento usado pelas pesquisadoras como recurso de registro através de dados e anotações relevantes.

A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de evidenciar essas experiências não a partir do olhar das pesquisadoras, mas partindo, prioritariamente do olhar dos sujeitos construtores dessa educação no Ceará. Ou seja, pretende-se compreender os fatos a partir da percepção dos próprios sujeitos do campo, respeitando sua cultura, seu modo de vida, seus costumes e suas práticas.

Nessa ótica a vivência e a proximidade com esses sujeitos nos permitiram realizar abstrações, na tentativa de lançar considerações a respeito de suas experiências educativas. Após esses contatos e vivências, lançamos interpretações e abstrações sobre as mesmas, que foram devidamente sistematizadas e esboçadas através da escrita desse artigo. Estando o mesmo dividido em seções para melhor compreensão por parte do leitor.

Na primeira seção: “Os movimentos da Educação do Campo no Ceará” esboçamos uma breve reflexão sobre o surgimento da Educação do Campo e sua dinâmica no Estado do Ceará. Do mesmo modo em: “Os Movimentos da Educação Indígena no Ceará”, segunda seção desse trabalho realizamos um esboço teórico e empírico sobre a Educação Indígena, apontando seus pressupostos e práticas no Estado anteriormente citado. Na terceira seção do trabalho: “Experiências e Movimentos na Educação do Campo e Educação Indígena no Ceará” trazemos um apanhado empírico dos movimentos dessas propostas educativas no Ceará, a luz das experiências dos sujeitos envolvidos, bem como suas práticas de luta e resistência pelo acesso e manutenção de sua educação. Por fim trazemos as considerações finais, seção em que expomos nossas interpretações e percepções sobre a realização da pesquisa.

Os Movimentos da Educação do Campo no Ceará

A caminhada de luta por respeito e valorização de uma educação voltada para as peculiaridades do campo, seguem entrelaçadas com a história da educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O MST, ao reconhecer-se como sujeito social que, por meio da luta coletiva é capaz de articular o seu acesso à terra, luta também, pelo acesso a educação. Conforme esclarece o próprio Movimento, a educação corresponde “a uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores” (MST, 1996, p.05).

Neste sentido, diante das investidas do sistema capitalista, na educação concebendo-a enquanto mercadoria, o MST, se coloca na luta por Educação do Campo. A contribuição de CALDART (2009) é importante por realizar um resgate histórico da própria expressão “Educação do Campo”. Correspondendo principalmente a uma condição histórica forjada na luta, uma vez que “os protagonistas do processo de criação da Educação do campo são os ‘movimentos sociais camponeses em estado de luta’, com destaque aos movimentos sociais

de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST” (CALDART, 2009, p.40; 41). É nesta perspectiva que esta autora explica e historiciza o termo em questão:

Na sua origem, o ‘do’ da Educação *do* campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é *dos* trabalhadores, educação *do* campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade. Mas que representa, nos limites ‘impostos pelo quadro em que se insere’, a emergência efetiva de novos educadores, interrogadores da educação, da sociedade, construtores (pela luta/pressão) de políticas, pensadores da pedagogia, sujeitos de práticas. (CALDART, 2009, p. 41).

No Ceará, assim como nos demais estados a luta pela qualidade e dignidade da educação voltada para o campo e suas peculiaridades esteve imbuída de enfrentamentos e contradições. Nesse sentido, a luta por Educação do campo no Ceará se inicia firmemente no ano de 2007, tendo em sua vanguarda o MST. Apoiados em Gomes (2013) evidenciamos que a luta pela Educação do Campo e a conseqüente trajetória de luta por escolas do campo no Ceará, se inicia no ano de 2007. É interessante ressaltar, que o termo “escolas do campo” utilizado na nossa análise, não pode ser compreendido com o mesmo significado de “escolas no campo”. Baseados em Fernandes (2002), explicamos o porquê, quando este autor esclarece:

[...] as diferenças entre escola no campo e escola do campo são pelo menos duas: enquanto escola no campo representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação, a escola do campo representa uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referências as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo. (p. 68).

Tendo isso em vista, continuemos nossa discussão e entendimento sobre o processo de conquista das escolas do campo no Ceará. Uma vez que essa luta, parte da iniciativa do MST, ao pleitear uma educação pública e de qualidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

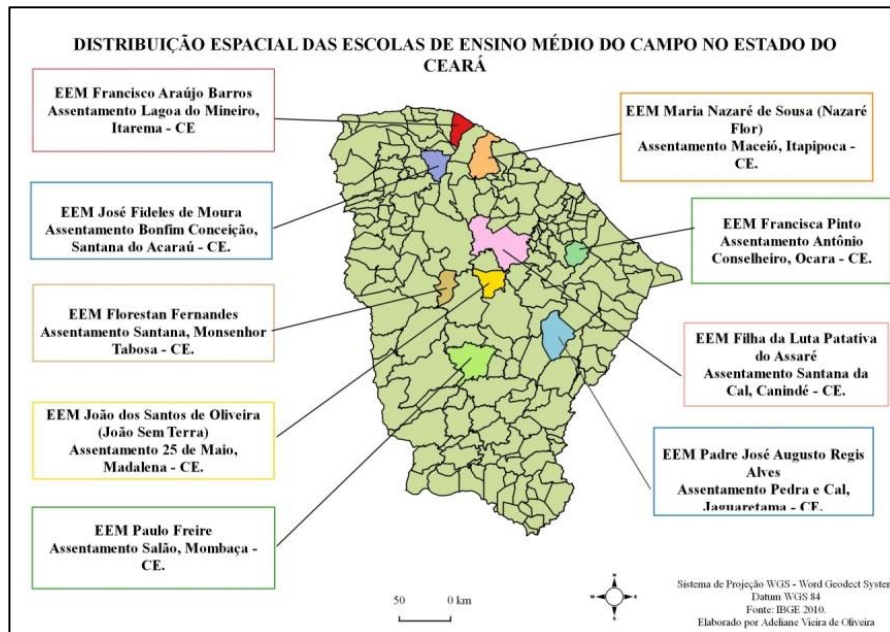
O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST é o primeiro Movimento Camponês em nosso país a trabalhar com a educação escolar, desde a luta pelo direito a educação pública. Ao mesmo tempo em que vem construindo sua concepção de educação enquanto formação humana, desde as matrizes formativas do ser humano, do trabalho, da luta social, da organização coletiva, da cultura e da

história vinculada a um projeto de transformação da sociedade, desde a realidade dos assentamentos e acampamentos (GOMES, 2013, p. 48).

Numa trajetória de luta frente ao governo do estadual, o MST/CE reivindicou, a construção de sessenta e quatro (64) escolas para os assentamentos de reforma agrária presentes no Estado. Sendo que, doze (12) dessas escolas deveriam ser destinadas ao Ensino Médio. Neste sentido, diante dessa demanda, no ano de 2007, através de muitas lutas e embates é conquistada a construção imediata das cinco (5) primeiras escolas de Ensino Médio do Campo no Ceará. E posteriormente, envolvido em permanentes processos de luta, conquista-se a construção de mais duas escolas.

Nesse sentido, o Ceará conta na atualidade, com nove (9) escolas de Ensino Médio do Campo construídas e em funcionamento em Assentamentos de Reforma Agrária. Sendo que, apenas uma dessas escolas localiza-se num assentamento que, embora não seja vinculado ao MST, e sim à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE), “tem tido uma participação em conjunto com o MST, nas semanas pedagógicas e nas atividades promovidas pela Secretaria de Educação Estadual do Ceará, num processo de aproximação com o MST” (GOMES, 2013, p. 48). Podemos melhor conhecer essas escolas, ao observar a figura 2.

Figura 2: Distribuição espacial das Escolas de Ensino Médio do Campo no Estado do Ceará.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

Elaboração: OLIVEIRA, 2019.

Essas escolas embora localizadas em frações de territórios diferenciados (algumas estão localizadas no litoral e outras no sertão cearense) colocam em prática a proposta da Educação do campo ao trabalhar conjuntamente os aspectos teórico-metodológico dessa proposta educativa e a formação continuada dos professores. Esta formação é feita continuamente a través de encontros e estudos coletivos a fim de garantir a construção e prática do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e a socialização das experiências exitosas no chão das escolas mais antigas. Nesse sentido o trabalho é contínuo e a ação conjunta é a chave mestra para alavancar a Educação de Nível Médio do Campo nas escolas do campo.

OS movimentos da Educação Indígena no Ceará

O Processo de formação do Brasil é marcado pela exploração. É o exemplo visível do processo de expansão capitalista que culmina na conquista de novos territórios. O Brasil é, pois a “conquista”, o território que encheu os cofres da nação colonizadora, no caso, Portugal. A formação do território brasileiro sob a

lógica capitalista de exploração inicia-se com a invasão portuguesa e consequentemente com a expropriação e posterior escravização indígena. Nesse sentido,

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa (STEDILE, 2005, p. 19).

Cabe ressaltar que, o território brasileiro já estava formado e habitado, pois os indígenas que aqui estavam, estabeleceram-se no solo a partir de sua lógica de vida. Como reflete Oliveira (1994, p. 15) “o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital”. Nesse contexto, esses povos foram, portanto expropriados da terra e do direito de viver nela. A esse respeito Fernandes (1999) reflete:

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. (FERNANDES, 1999, p. 15).

Aqueles que ousavam lutar morriam nos combates com os colonizadores. Era a resistência e a luta, contra o cativo do homem branco, na tentativa de reerguer a soberania indígena da terra e a soberania negra da vida. “Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão” (FERNANDES, 1999, p. 15).

Diante desse histórico processo de expropriação indígena do direito de viver faz necessário lançarmos um olhar diferenciado para os diversos sujeitos sociais dessa luta que resistem na manutenção de sua existência na atualidade histórica, sobretudo no que se refere ao seu processo educativo. Nesse sentido, iniciamos nossa reflexão a respeito da Educação Indígena, a partir do que é apresentado pelo Parecer 14/99, documento elaborado no âmbito da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional da Educação, o qual dar ênfase as

diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena (BRASIL, 1999):

Designa o processo pelo qual cada sociedade internaliza em seus membros um modo próprio e particular de ser, garantindo sua sobrevivência e sua reprodução. Diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetados na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades. (...) toda a comunidade é responsável por fazer que as crianças se tornem membros sociais plenos (p. 04).

De encontro com essa reflexão, a Constituição Federal de 1988 inovou ao garantir às populações indígenas o direito à cidadania plena, libertando-as da tutela do Estado, quando ao reconhecimento de sua identidade diferenciada e de sua manutenção, incumbindo a Nação de assegurar e proteger as manifestações culturais das sociedades indígenas. Assegurou, ainda, o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, o que vem sendo regulamentado por meio de vários textos legais.

A certeza por essa constituição veio somar-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20/12/1996) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 09/01/2001), nos quais é abordado o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, caracterizada pela utilização das línguas maternas, pela valorização dos conhecimentos tradicionais e saberes milenares e pela capacitação de professores indígenas para atuarem em suas próprias comunidades, encontrando para tanto a complementação nas esferas estaduais que procuram adequar preceitos nacionais às suas peculiaridades locais.

Nesse passo, a Resolução nº 3 do Conselho Nacional da Educação, de 10 de novembro de 1999, ao interpretar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) criou a categoria Escola Indígena e Professor Indígena, fixando diretrizes nacionais para funcionamento das escolas indígenas, definindo, por exemplo, as esferas de competências e responsabilidade pela oferta da educação escolar aos povos indígenas; estabelece um regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, cabendo à União legislar, definir diretrizes e políticas nacionais, apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino para

o provimento de programas de educação intercultural e de formação de professores indígenas, além de criar programas específicos de auxílio ao desenvolvimento da educação.

Aos Estados cabe a responsabilidade pela oferta e execução da educação escolar indígena, diretamente ou por regime de colaboração com os municípios, integrando as escolas indígenas como unidades próprias, autônomas e específicas no sistema estadual e provendo-as com recursos humanos, materiais e financeiros, além de instituir e regulamentar o magistério indígena (BRASIL, 1999, p. 13).

A educação indígena diferenciada e de qualidade é garantida ainda pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (aprovada no Brasil pelo Decreto legislativo nº 143 de 20 de junho de 2002) que conclama os governos membros a reconhecerem o direito desses povos de criarem suas próprias instituições e meios de educação, possibilitando o ensino ministrado também na língua indígena. Ressaltamos que a política nacional da educação indígena já se encontra traçada no texto constitucional e dispõe de mecanismos legais que permitem a sua aplicabilidade. Desse modo, a educação para os indígenas passa a receber um tratamento no MEC focado na asserção dos direitos humanos, entre eles o dos índios terem seus projetos societários e identitários fortalecidos nas escolas indígenas.

É neste sentido que entendemos o estabelecimento do direito à Educação Indígena na atualidade como tentativa de apaziguar a dívida histórica impagável que a classe dominante brasileira tem para com esses povos. Principalmente pelo histórico de desrespeito e crueldade tida para com os mesmos durante o período colonial, algo que infelizmente ainda persiste na atualidade.

Levamos em consideração também que toda diferenciação étnica seria anulada ao se incorporar os índios à sociedade nacional. Pois a ordem era que o índio ao tornar-se brasileiro, deveria abandonar sua própria identidade (BRASIL, 1999). Essa ideia de educação assumiu diferentes formas ao longo da história num movimento que começa pela imposição de modelos educacionais aos povos indígenas, por meio da dominação, da negação de identidades e da homogeneização cultural, através da catequização, civilização e pela integração forçada dos índios à sociedade nacional.

É diante desse histórico que apontamos a garra desses povos a lutar pela valorização dos seus costumes, para que os mesmos sejam perpetuados de geração em geração por meio da ação educativa que necessariamente exige a estrutura de uma escola. Educação essa oposta ou em nada haver com a catequização jesuíta tida em tempos passados, nada mais coerente do que compreender que a Educação Indígena e a escola indígena propriamente dita, só pode ser construída pelos principais sujeitos sociais interessados: os índios. Embora para Nascimento (2009), seja necessário que esses sujeitos possam refletir a natureza das relações estabelecidas entre os indígenas e as instâncias de poder que compõem a sociedade, pois é interessante percebemos como vem se construindo as lutas indígenas pela terra e pela educação indígena.

Com o passar dos anos, modelos educacionais passaram a ser reivindicados pelos índios, dentro de paradigmas de pluralismo cultural e de respeito e valorização de identidades étnicas. A Educação Indígena seria um meio para garantir acesso a conhecimentos gerais, na tentativa de afirmar os saberes bem como levar em consideração as especificidades culturais e a identidade indígena. Neste contexto, diferentes experiências surgiram em várias regiões do Brasil, construindo projetos educacionais específicos à realidade sociocultural e histórica de determinados grupos indígenas, praticando a interculturalidade e o bilinguismo, adequando essas experiências ao projeto de futuro daqueles grupos.

As comunidades indígenas já eram entendidas como categoria étnica e social transitória e fadada à extinção; as mudanças e as inovações garantidas pelo atual texto constitucional e a crescente mobilização política de diversas lideranças indígenas ensejaram a necessidade de se estabelecer uma nova forma de relacionamento jurídico e de fato entre as sociedades indígenas e o Estado brasileiro. Nessa lógica costumeiramente as comunidades indígenas transmitem seus conhecimentos e saberes pela oralidade principalmente no âmbito das escolas perpetuando esta herança cultural de geração a geração.

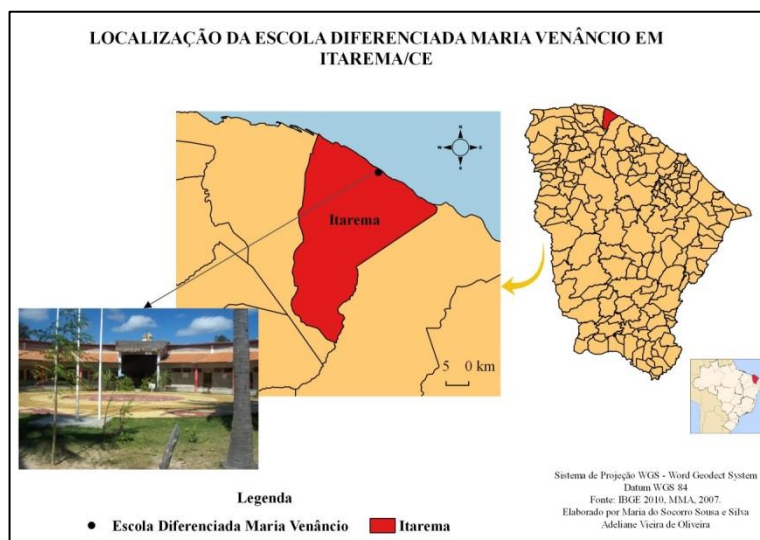
No Ceará assim como outros Estados, a realidade dos povos indígenas perpassa os processos de expropriação e desrespeito sofrido por esses povos.

Inserido na região semiárida nordestina, região esta, caracterizada principalmente pela escassez de chuvas e secas prolongadas, este Estado possui um histórico marcado pela concentração de terras e de poder. Com colonização iniciada a partir de sua porção sertaneja, possui fortes marcas desse processo e sua formação territorial esteve atrelada principalmente à atividade pecuária com as chamadas fazendas de gado. Podemos afirmar apoiados em Alencar e Diniz (2010), que os conflitos agrários no território do Ceará iniciam com os índios Paioku, Íkos, Jandauí e Karatiu, que foram os primeiros a enfrentar a implantação das fazendas nos sertões do Ceará, no século XVII (p. 134).

O histórico de lutas e enfrentamentos realizados pelos indígenas no Ceará se reflete também no seu processo educativo. Assim sendo, no que se refere a realidade da Educação Indígena nesse Estado ressaltamos a existência de algumas escolas que são frutos da luta coletiva desses povos pela garantia da perpetuação dos seus saberes.

Apontamos aqui em especial a Escola Maria Venância localizada no território indígena do município de Itarema/CE (Figura 2). Pertencente aos índios Tremembé, essa escola é a maior em estrutura física, entre as nove que compõe o aldeamento que está dividido em dezoito comunidades indígenas. Sendo inaugurada em 23 de Fevereiro de 2006 “com recursos do Banco Mundial e execução da obra pelo governo do Estado do Ceará” (SOUZA, 2012, p. 208).

Figura 3: Localização da Escola Diferenciada Maria Venâncio em Itarema/CE.



Fonte: IBGE, 2010. MMA, 2007. Elaborado pelas autoras.

Segundo Silva (2012), esses índios foram os primeiros a lutar por educação indígena no Ceará, pois sua luta sempre foi para além das comunidades indígenas do aldeamento. Esse povo é guerreiro diante de muitos desafios enfrentados para a criação e implantação de uma educação que respeite seu pensar e seu agir, e assim planejada em seu currículo escolar a ênfase nos saberes da terra e do mar, ou seja, conhecimentos considerados essenciais por essa comunidade indígena.

Desse modo, a etnia Tremembé tem sido uma das pioneiras na luta pela educação diferenciada no estado cearense, pois a luta é constante e coletiva envolvendo crianças, jovens adultos e idosos, e com isso eles têm um profundo sentimento de pertença de seus antepassados, procurando destacar a escola como um instrumento de afirmação de suas raízes de identidade. Para Sousa (2009), essa escola surge no estado pesquisado como estratégia política para a afirmação dos indígenas e de reconhecimento legal e social das etnias. Desta forma representa um território geográfico de poder e de construção de saber.

Soma-se a essas experiências concretas, os investimentos em pesquisa e apoio à produção intelectual indígena que tem possibilitado e contribuído a perpetuação de suas heranças culturais por meio principalmente da escrita e de gravação e imagens. Como evidência disso, no ano de 2007 a Secretária de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) produziu uma coleção de livros fruto de pesquisas realizadas por professores e alunos das escolas indígenas de todas as etnias (Anacé, Canindé, Cariri, Potiguara, Tabajara, Tupinambá, Jenipapo-Canindé, Pitaguari, Tapeba, Tapuia-Cariri, Tremembé) do Ceará. Este material serve de instrumento didático-pedagógico para a transmissão dos costumes e cultura nas escolas indígenas.

Experiências e Movimentos na Educação do Campo e Educação Indígena no CEARÁ

A Educação do Campo e a Educação Indígena correspondem a propostas educativas que levam em consideração a vivência dos camponeses e indígenas, no processo de valorização de suas práticas, valores e costumes. Destacamos o fato de que a análise não tenciona estabelecer comparações, uma vez que compreendemos os povos do campo em suas mais amplas especificidades, como sujeitos que na luta cotidiana por respeito, esboça a necessidade de levar em consideração essas peculiaridades na prática educativa. Afirmamos que essas propostas educativas se encontram em movimento, no sentido de insistir na perpetuação dos valores camponeses e indígenas na luta pela afirmação de suas identidades. Luta essa intrínseca na dinâmica dessas duas propostas educativas.

Apontamos como exemplo desses movimentos educativos, a prática anual no contexto da Educação do Campo, da realização de Formações Pedagógicas com todos os educadores e educadoras das escolas de Ensino Médio do Campo do Estado do Ceará (Figura 4). Nesses momentos são debatidos as propostas e experiências vivenciadas em cada escola do campo e a construção dos Projetos Político Pedagógico das escolas mais recentemente inauguradas.

Figura 4: Encontro Estadual de Educadores da Reforma Agrária realizado na Escola do Campo Nazaré Flor, Itapipoca - CE.



Fonte: Acervo das autoras.

Do mesmo modo apontamos a luta indígena pela afirmação de sua identidade e sua cultura e trazemos como exemplo as mobilizações que todos os anos acontecem no dia 7 de Setembro (Figura 5) a fim de afirmar a necessidade de lutar pelos direitos e costumes indígenas, num cenário político preocupante. Marcado pela tentativa de estreitar ainda mais as margens de alcance de direitos desse povo.

Figura 5: Mobilização no dia 7 de Setembro, na Escola Tremembé Maria Venância em Itarema - CE



Fonte: Acervo das autoras.

Apontamos alguns pontos que se tornaram evidentes no percurso investigativo dessa pesquisa. A primeira evidência é que, enquanto articuladora da dinâmica da vida camponesa, a Educação do Campo proporciona transformações essenciais no modo de vida dos camponeses. O fortalecimento dos ideais coletivos por meio de uma educação, que leve em consideração seus valores e seus costumes, afirma para os camponeses o sentido de serem eles próprios os construtores de suas histórias. Então a luta pela construção da Educação do Campo, se afirma também na afirmação do sentido da luta pela terra, luta esta essa marcada pelo sangue dos camponeses que tombaram nesse processo. E que estão vivos na memória de quem se ergue na continuidade da

luta, no caso dos camponeses sujeitos da Educação do Campo, conforme pode ser melhor evidenciado por meio da figura a seguir (Figura 6):

Figura 6: Alunos da Escola do Campo Francisco Araújo Barros em peça de teatro sobre a conquista da terra do Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema - CE.



Fonte: Oliveira, 2017.

Do mesmo modo, no que concerne a Educação Indígena é perceptível a resistência desses grupos no que se refere à defesa dos seus valores, principalmente diante da histórica de negação desses povos do seu próprio direito à existência. Percebe-se que ao resistir e lutar por sua educação essencialmente indígena, esses sujeitos se lançam na tentativa de manter vivos seus valores e crenças fazendo-os se perpetuarem nas demais gerações. Exemplo disso é a dança indígena, costume tradicional na cultura desses sujeitos (figura 7).

Figura 7: Apresentação da dança indígena na Escola Tremembé Maria Venância em Itarema - CE.



Fonte: Acervo das autoras.

Ainda nesse viés de destaque de movimentos de luta por educação, evidenciamos que, no âmbito da Educação do Campo outra estratégia pedagógica fundamental nesse processo corresponde aos Componentes Curriculares Integradores. Sendo que os mesmos são entendidos como forma de diversificar a Matriz Curricular, que perpassa a parte diversificada do currículo das escolas do Campo. Essa estratégia busca garantir a permanência da escola em seu tempo integral coordenando pedagogicamente a pesquisa, o trabalho e a intervenção social.

Nessa lógica a matriz curricular das escolas de Ensino Médio do Campo está organizada com disciplinas que contemplam a proposta de afirmação do campo enquanto espaço de vida. Sendo elas: Projetos, Estudos e pesquisas (PEP), Práticas Sociais Comunitárias (PSC) e Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas (OTTP) que podem ser melhor observadas na figura a seguir (Figura 8):

Figura 8: Matriz Curricular das Escolas de Ensino Médio do Campo e carga horária.

| BASE NACIONAL COMUM | COMPONENTES CURRICULARES | C/H SEMANAL | C/H ANUAL | C/H TOTAL |
|---------------------|--------------------------|-------------|-----------|-----------|
| | LINGUA PORTUGUESA | 4 | 160 | 480 |
| ARTE | 1 | 40 | 120 | |

| | | | | |
|------------------------|--|----|------|------|
| | EDUCAÇÃO FÍSICA | 2 | 80 | 240 |
| | MATEMÁTICA | 4 | 160 | 480 |
| | FÍSICA | 2 | 80 | 240 |
| | QUÍMICA | 2 | 80 | 240 |
| | BIOLOGIA | 2 | 80 | 240 |
| | HISTÓRIA | 2 | 80 | 240 |
| | GEOGRAFIA | 2 | 80 | 240 |
| | FILOSOFIA | 1 | 40 | 120 |
| | SOCIOLOGIA | 1 | 40 | 120 |
| PARTE DIVERSIFICADA | LÍNGUA ESTRANGEIRA | 2 | 80 | 240 |
| | PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS | 2 | 80 | 240 |
| | ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E TÉCNICAS PRODUTIVAS | 4 | 160 | 480 |
| | PRÁTICAS SOCIAIS COMUNITÁRIAS | 2 | 80 | 240 |
| TOTALIS | | 33 | 1320 | 3960 |

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) ³.

Do mesmo modo sobre as etnias indígenas cearenses, destacamos que as mesmas, sempre lutaram para reivindicar seus direitos na perspectiva do currículo escolar enquanto necessidade de afirmação de identidade existente em seu aldeamento. Assim como a terra, o conhecimento também é um bem precioso para esses povos que compreendem a educação enquanto prioridade na resistência por dias melhores para os indígenas.

Dessa forma, o saber indígena vem sendo construído/reconstruído através de um currículo com ações exercidas no âmbito da escola indígena diferenciada, que segundo Munduruku (2009), essa educação deve ser entendida através do respeito pelo caminho que o outro percorre, pois assim, educa-se para

³

Disponível

em:

<http://www.seduc.ce.gov.br/images/Desenvolvimento_da_Escola/diversidade/educacao_do_campo/dados_ed_campo.pdf>

Acesso em 26 de Outubro de 2017.

compreender que todos devem colaborar desse processo e não para a disputa do saber; não para a competição e sim para a paz.

Diante dessa ótica para esse estudioso a educação para indígenas tem um entendimento diferente da compreensão do não índio, pois a mesma entende-se que o saber faz parte do processo para o bem comum de todos. Esse processo discorre através das experiências e vivências no sentido de colaboração comunitária no aldeamento.

Por isso, o currículo é um território de fomento capaz de assegurar aos indígenas uma educação que tenha como ponto essencial a valorização de sua cultura. Uma vez que nem sempre isso é possível devido esse campo ser de disputa por imposição de alguns órgãos reguladores da educação, pois os indígenas apontam a exemplo a própria Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

No entanto, esses indígenas vêm resistindo nessa luta, pois compreendem que não se pode mais negar e silenciar os seus costumes e crenças diante de uma realidade educativa que insiste em ser colonizadora. Sendo assim assumem o compromisso de lutar pela perpetuação dos seus valores e costumes, bem como disputam o território do currículo escolar nas escolas diferenciadas a fim de garantir a soberania e fortalecimento do seu território geográfico e educativo.

Contudo, através da luta e resistência dos indígenas cearenses algumas conquistas e avanços vêm ocorrendo. Dentre eles essa educação diferenciada, que traz para o contexto educativo os saberes advindos principalmente dos mais velhos, considerados como conhecimentos relevantes para o fortalecimento de sua história. Pois acreditam que a mesma deve ser consubstanciada ao direito legal de uma educação contextualizada com seu modo de pensar a formação educativa para a afirmação da identidade de suas comunidades indígenas.

Compreendemos também que a luta pela educação voltada para os povos do campo engloba todos os sujeitos desses territórios. Nesse sentido, apontamos quanto à relevância de refletir sobre essas experiências educativas, não como forma de diferenciá-las ou compará-las, mas como reflexo da luta coletiva de dois povos que se ergue em movimentos de luta pelo direito à educação. Não

sendo esta, uma educação qualquer, mas que leve em consideração seus valores, sua tradição e suas peculiaridades conforme estabelecido no artigo 28 da Lei 9.293/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo assim como a Educação Indígena no Ceará são frutos da luta dos camponeses e indígenas pelo acesso a educação condizente com seus ideais e costumes. A luta camponesa e indígena esboça a resistências desses povos em não aceitar uma educação forjada nos princípios do sistema capitalista, principalmente ao concebê-la enquanto uma mercadoria. Neste sentido, compreendemos a importância dessas duas experiências para o campo cearense por entendê-las enquanto estratégias coletivas de reivindicar o direito desses povos pelo acesso a educação em seus territórios.

Portanto são experiências educativas em constante movimento, uma vez que a luta e reivindicação pelo direito e acesso à educação em seus territórios não cessa. Assim sendo entendemos que a luta coletiva enquanto fator de articulação dos camponeses e indígenas foi e continua sendo, a condição fundamental para a conquista e efetivação da Educação do Campo e da Educação Indígena, presentes no Estado. E que essas experiências concretas e em constante movimento subsidiam e servem de referência para a continuação e erguimento de novas lutas no território cearense.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. Diniz, Aldiva Sales. **MST - CEARÁ, 20 ANOS DE MARCHAS**. Mercator - volume 9, número 20, 2010: set./dez.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**.

BRASIL. **Parecer 14/99**. Brasília: CNE, 1999.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do Campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 -1999)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 1999.

_____. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli Salete (orgs). **Por uma educação do campo: identidades e políticas públicas**. 2 ed. Brasília, 2002.

GOMES, Maria de Jesus dos Santos. **Experiências das Escolas de Ensino Médio do Campo do MST Ceará: Dois Projetos de Campo e de Educação em Confronto**. Monografia do Curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2013.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (org.). **As leis e a educação escolar indígena: “programa parâmetros em ação de educação escolar indígena”**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Fundamental, 2001.

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos Deuses**. 2. Ed. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, Rita Gomes. Reflexões em torno das experiências de construção de “uma escola do nosso jeito”. In: **Escolas indígenas e políticas interculturais no nordeste brasileiro (org.)**. AIRES, Max Maranhão Piorsky. Fortaleza, EdUECE, 2009.

MST. **A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira**. Publicação do MST. São Paulo, Junho de 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994.

SOUSA, Flávia Alves de. As políticas de educação escolar “diferenciada”: a experiência de organização dos Pitaguary. In: **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. PALITOT, Estêvão Martins (org.). Fortaleza: Secult/ Museu do Ceará. IMOPEC, 2009.

SILVA, Maria do Socorro Sousa e. Escola e Ensino Médio indígena Tremembé de Almofala - CE. In: **Educação e ações extensionistas no semiárido**. FALÇÃO SOBRINHO, José. (Orgs). Sobral, Edições Universitárias, 2012.

_____. Educação escolar indígena: currículo e formação docente. In: **A educação no ambiente semiárido**. FALÇÃO SOBRINHO, José. (Orgs). Sobral, Edições Universitárias, 2012.

STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 - 1960**. 11 ed. São Paulo: Atual, 2005.

Matriz Curricular das Escolas de Ensino Médio do Campo e carga horária.
Disponível

em: <http://www.seduc.ce.gov.br/images/Desenvolvimento_da_Escola/diversidade/educacao_do_campo/dados_ed_campo.pdf>

Acesso em 26 de Mar. de 2019.